

## MÍDIAS, CULTURAS JOVENS E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

### Reflexões ao final do primeiro ano da peste - Abril 2021

Maria Luiza Belloni<sup>1</sup>

“É preciso toda uma  
aldeia  
para educar uma  
criança.”

### Prólogo, como não poderia deixar de ser: de onde falo

Minha experiência como pesquisadora, professora e formadora de professores me levou à militância no campo da *mídia-educação*.<sup>2</sup> Em sua acepção mais ampla, mídia-educação é um conjunto de conhecimentos teóricos e práticas educativas que visam a estimular e propiciar a reflexão sobre as relações dos indivíduos, especialmente crianças e adolescentes, com as mídias e a criar condições para a apropriação crítica e criativa destes meios de comunicação e de informação. Sendo um campo relativamente novo, a mídia-educação encontra muitas dificuldades para se consolidar, dentre as quais a mais importante é sem dúvida sua ausência ou pouca importância nas políticas públicas de educação, especialmente nos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação (professores, gestores e educadores em geral). Trata-se de militância antiga, desde os tempos de professora primária, numa escola comunitária na primeira favela de Porto Alegre, RS, influenciada pelo trajeto vertiginoso das experiências de educação

---

<sup>1</sup> Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), tem uma especialização em Metodologia de Pesquisa pela Fundação Getúlio Vargas (1971), fez mestrado em Sociologia na Université de Paris III (Sorbonne-Nouvelle; 1976) e doutorado em Sciences de l'Education na Université de Paris V (Faculté René Descartes; 1984). Realizou pos-doutorado no CNRS (Paris, França, 1989) e na Universidade Aberta de Portugal (Lisboa, 1997/98). Foi uma das fundadoras do NEIM/UFBA (em 1983) e membro e coordenadora (1996) do GT Educação e Comunicação da ANPED; participa do Conselho editorial da Revista Educação e Sociedade. Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> A mídia-educação é, nas sociedades contemporâneas da informação, do BigData e da onipresença das mídias e redes virtuais em todas as esferas da vida, tão necessária ao exercício completo de uma cidadania ativa, quanto era, no início do século 19, o domínio da leitura e da escrita. No início do século 21, a ONU declara a mídia-educação como um direito fundamental da humanidade, em especial das novas gerações, reafirmando, legitimando e estendendo aos adultos os direitos à liberdade de expressão, ao acesso à informação e à participação na vida cultural e nas decisões, contidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, adotada pela Unesco em 1989.

popular dos anos 1960. Trabalhávamos entusiastas, numa proposta pedagógica inovadora, de adaptação do método de alfabetização de camponeses adultos de Paulo Freire, no Nordeste, para alfabetizar crianças com “dificuldades de aprendizagem”, consequências de sua situação social. Obtivemos sucesso total com utilização dos meios de comunicação da época: HQ, revistas, desenhos, fotos, cartazes de cinema, gravador, etc.

Este foi meu primeiro encontro com a mídia-educação, *avant la lettre*, porque na época não existia tal conceito, mas existia a prática, inspirada na pedagogia radical de Paulo Freire e de Freinet: foco no estudante, preocupação em falar a linguagem dos jovens e usar os mesmos meios de comunicação para criar condições ótimas de aprender. Nossa proposta era baseada no conceito essencial do “método Paulo Freire”: aprender a ler e escrever fazendo leitura crítica da realidade e dos relatos desta realidade, sobre os temas de interesse dos estudantes (a vida difícil do camponês nordestino). Em nossa escola, os temas eram ligados à vida, também difícil, das crianças na favela e na cidade. Nestes tempos (anos 1960), eu era estudante de ciências sociais na UFRGS. Muitos anos depois, tornei-me professora de sociologia na UFBA, onde tive o prazer de participar da criação do NEIM, embora tenha ali ficado por pouco tempo, apenas suficiente para realizar, em parceria com Ana Alice Costa, minha primeira pesquisa com adolescentes, já incluindo a variável gênero e aprofundando minha inclinação pessoal pelo feminismo.

Meu foco sempre foi o papel das diferentes mídias de massa nas sociedades contemporâneas. Comecei estudando a censura à imprensa nos tempos sombrios da ditadura<sup>3</sup>, para chegar aos usos educacionais e pedagógicos dos dispositivos midiáticos e à mídia-educação, como resultado de pesquisas sobre os modos de uso e de apropriação destas mídias por crianças e adolescentes. A mídia-educação me parece ser o único caminho para preparar as novas gerações para resistirem ao assédio constante e invasivo da publicidade e da propaganda politico-ideológica, cujo objetivo sempre foi ocupar o “tempo de cérebro” disponível das pessoas em geral e das novas gerações em particular.

Minha militância (como a do NEIM) é, pois, decorrência da compreensão da dupla hermenêutica das ciências sociais proposta pelo sociólogo britânico Anthony Giddens: só faz sentido estudar fatos sociais para contribuir com a mudança da sociedade.

---

<sup>3</sup> A dimensão política da comunicação de massa. FGV, 1975.

No meu caso, estudo crianças e mídias, visando à melhoria da situação social da infância e buscando contribuir com a criação de ofertas de situações de socialização positivas e emancipadoras para todas as crianças, por exemplo, melhorar a qualidade dos produtos da indústria cultural, dirigidos aos públicos jovens de todo mundo, e assegurar uma educação mais sintonizada com os desejos e necessidades das novas gerações. Isto implica acreditar que a educação de qualidade (com uso e estudo das mídias) pode contribuir para melhorar a vida da maioria das crianças no Brasil e no mundo, especialmente dos milhões de crianças e adolescentes que vivem em situação de extrema pobreza, abusos, trabalho penoso, precariedade, exclusão, miséria e violência. Daí a militância em mídia-educação e formação de professores. Cabe ressaltar que o que digo abaixo sobre as mídias vale também para adultos, mães, pais e professores, instituições de socialização, mas também sacerdotes de todas as religiões que atuam com muita influência, violência simbólica, efeitos de persuasão. Somos todos influenciados pelas mídias, mas elas podem ser mais nocivas para crianças e adolescentes, por isto, e por não encontrar interlocutores nas ciências sociais onde só recentemente surgiu a sociologia da infância, migrei para a área da educação.

### **Pandemia e globalização: onipresença das mídias, crítica ecológica, colapsologia ou consentização?**

Um ano de pandemia, muitos dias de confinamento, vividos na França, meu país de adoção, onde cheguei mais uma vez, em março de 2020, uma semana antes do início do primeiro confinamento, uma medida drástica que levou ao esvaziamento quase total das ruas de Paris! Os carros desapareceram, a poluição melhorou sensivelmente e as ruas vazias se povoaram de poucas pessoas caminhando, indo ao supermercado ou passeando com seus filhos, cães, gatos – atividades permitidas num raio de um quilômetro da residência... Cenas surrealistas nas ruas abandonadas pelos humanos e seus motores poluentes foram registradas por muitas cameras, como aqueles patos “de colarinho verde”, provavelmente saídos dos lagos dos parques, passeando livres pelas calçadas desertas da Place de la Comédie Française, ou então uma família numerosa de javalis

atravessando, tranquilamente em fila indiana, as ruas de uma cidade do interior, ou em Florianópolis, perto de minha praia, um bando de capivaras andando à noite no asfalto da estrada iluminada... Eis o lado pitoresco do confinamento.

O outro lado da pandemia é o de terror, do desastre da crise sanitária no Brasil, das paisagens de cemitérios com covas abertas esperando seus mortos. O pessoal médico pedindo socorro, chorando por impotência diante da morte; a incompetência e a indiferença total do desgoverno, o pânico, o medo de uns e a alienação total de outros; um povo que sofre e uma classe média alienada que pensa que é rica e apoia o tirano imbecil. Tudo isto no contexto da mundialização exacerbada do capitalismo predatório que se aproveita da crise sanitária para otimizar lucros, mesmo se isto implica fazer perdurar a pandemia, aumentar o número de mortes e acabar com o desenvolvimento da maioria dos países, com efeitos trágicos nos países pobres. O lucro dos acionistas acima de tudo! A crise sanitária está longe de terminar, segundo Boaventura de Souza Santos (com o perdão da longa citação, para não perder a clareza e a precisão do mestre):

« É hoje consensual que a atual pandemia vai ficar conosco muito tempo. Vamos entrar num período de pandemia intermitente, cujas características precisas ainda estão por definir. O jogo entre o nosso sistema imunitário e as mutações do vírus não tem regras muito claras. Teremos de viver com a insegurança, por mais dramáticos que sejam os avanços das ciências bio-médicas contemporâneas. Sabemos poucas coisas com alguma certeza. (...) Sabemos que a recorrência de pandemias está relacionada com o modelo de desenvolvimento e de consumo dominantes, com as mudanças climáticas que lhe estão associadas, com a contaminação dos mares e dos rios e com o desmatamento das florestas. Sabemos que a fase aguda desta pandemia (possibilidade de contaminação grave) só terminará quando entre 60% e 70% da população mundial estiver imunizada. Sabemos que esta tarefa é dificultada pelo agravamento das desigualdades sociais dentro de cada país e entre países, combinado com o fato de a grande indústria farmacêutica (*Big Pharma*) não querer abdicar dos direitos de patente sobre as vacinas. As vacinas são já hoje consideradas o novo ouro líquido, sucedendo ao ouro líquido do século XX, o petróleo. (...) Não esqueçamos que, segundo dados do *Corporate Europe Observatory*, a *Big Pharma* gasta por ano entre 15 e 17 milhões de euros para pressionar as decisões da União Europeia, e que o conjunto da indústria farmacêutica tem 175 lobistas em Bruxelas a trabalhar com o mesmo propósito. A escandalosa falta de transparência dos contratos sobre as vacinas é o resultado desta pressão. Se Portugal quisesse conferir distinção e verdadeira solidariedade cosmopolita à presidência atual do Conselho da União Europeia teria aqui um bom tema para protagonismo. Tanto mais que outro português, o secretário-geral da

ONU, acaba de fazer um apelo no sentido de se considerar a saúde como um bem público mundial. » (*Os três cavaleiros da nova peste*. In Outras palavras.net ; 07/04/2021)

Do ócio e do tédio causados pela impossibilidade de levar a vida normalmente, surgiram mil e uma atividades novas, ou antigas e deixadas de lado, como ler ou reler aqueles livros para os quais antes não achava tempo, mergulhada que estava nas habituais atividades cotidianas, sociais, culturais e prosaicas. E principalmente: sem cinema, teatro, restaurante ou encontros com amigas/os ganhei, como todo mundo, muito «tempo de cérebro» extra, disponível para reflexão sobre a loucura desta nova situação pandêmica, caótica, inédita, trágica, na qual um vírus minúsculo e desconhecido coloca o poderoso capitalismo, ultra liberal e hiper mundializado, face à face a suas enormes e insuperáveis contradições.

Subitamente, tudo ou quase tudo podia e devia ser questionado, todo um modo de produção econômica e de vida social desmoronava (o capitalismo neoliberal e o famoso *american way of life*) : a peste era vista como resultado da ação predatória da humanidade, de nosso consumo desenfreado de coisas inúteis, e mesmo da expansão planetária do *homo sapiens*, que há mais de dez mil anos vem destruindo, por onde passa, a fauna e a flora do planeta, inclusive os outros *homo* (HARARI, 2019). A peste destruiu a tranquilidade da vidinha fácil e segura de consumidores de mercadorias e serviços, num dos últimos países onde ainda vigora o Estado-providência (*welfare state*), este anacronismo europeu, fruto de muitas lutas de trabalhadores e intelectuais, e dos anos prósperos do pós-guerra. Interrogações cruciais foram se insinuando em nossas mentes : somos culpados? Cúmplices? O que fazer? Jamais seremos os mesmos, temos que mudar radicalmente nosso modo de vida, consumir menos, voltar à natureza e preservá-la para as novas gerações! Salvar as crianças de agora e as que ainda estão para nascer que, caso contrário, vão pagar caro por nossa negligência, indiferença ou despreocupação!

As teses da *Colapsologia*, até então quase desconhecidas, aparecem subitamente na paisagem midiática e nas redes sociais como surpreendentemente verossímeis, e o colapso total dos sistemas sociotécnicos (internet, eletricidade, produção e circulação de mercadorias, etc) parece um evento plausível, possível e até mesmo próximo. A colapsologia é uma abordagem pluridisciplinar, de estudos e reflexões de estudantes,



professores e militantes ecologistas, que prevê o colapso total das sociedades industriais, de nossa civilização, do sistema econômico e técnico no qual está baseada nossa vida. Um cenário apocalíptico de ficção promovido a tese científica e a realidade não virtual, desenvolvido principalmente entre intelectuais parisienses.

As ideias e as reflexões que apresento neste texto, impressionistas e sem pretensão científica, são fruto de leituras e releituras diversas e da imersão no mundo midiático, transbordante de notícias, comentários de experts, opiniões de jornalistas e políticos (verdadeiras e falsas; edulcoradas ou exageradas), oriundas de fontes oficiais e extra oficiais como as redes sociais, tudo devidamente passado pelo crivo implacável de minha longa experiência de leitura crítica radical.

Desde o início, as mídias começaram a difundir sem cessar notícias sobre pandemia, camuflando o pior para não gerar pânico: adiamentos, hesitações, erros e atrasos dos governos e dos órgãos internacionais na gestão da crise sanitária, colapso iminente dos sistemas de saúde, inexistência de tratamento ou vacina, contradições médicas quanto à doença, etc. Em particular, as seções dos *faits divers* exploraram (audiência acima de tudo!) as diferentes formas de violência que o confinamento agravava e tornava cruelmente visíveis, como a violência doméstica, contra mulheres e crianças. Novos problemas foram surgindo em famílias cuja vida cotidiana foi completamente perturbada: teletrabalho, teleeducação, confinamento de muitas pessoas em espaços exíguos e mal equipados, tudo isto gerando aumento significativo de tensão e das horas de trabalho doméstico, de cuidado e educação formal da prole, em geral a cargo das mulheres.

Observamos também um dado novo interessante porém assustador: o aumento significativo da frequência às mídias em geral, e às redes sociais em particular, e uma prolífica produção e difusão desenfreada, de conteúdos violentos nas telas e telinhas, por emissores oficiais de conteúdos. Mas houve também uma enorme produção e difusão, por usuários, pessoas comuns e anônimas, de mensagens raivosas e querelas de todos os tipos nas redes sociais, inclusive crimes de assédio moral e psicológico, chegando a levar adolescentes “frágeis” (quer dizer, não suficientemente agressivos) ao suicídio, ou ao crime no caso dos “agressivos”. Estes dois tipos de mensagens são o efeito perverso da combinação de mais horas de mídias, mais tempo de cérebro disponível, nenhum

exercício físico e da ausência de interações socioafetivas presenciais com pares, fora do círculo familiar. O outro efeito assustador, mas não inesperado, foi o aumento significativo da violência doméstica contra mulheres e crianças, em todas as suas declinações: violência física, simbólica e psicológica, abuso sexual, bem como da violência em geral como modo de expressão pessoal real ou virtual.

A violência de sempre, mas potencializada pelo confinamento e pela onipresença das mídias de todos os tipos: da velha televisão às redes sociais mais sofisticadas, passando pelos games, mais adictivos do que nunca! Desta onipresença decorre uma centralidade e uma primazia das mídias inéditas na história e, por consequência, uma importância da violência simbólica na vida social só comparável com aquela exercida pela Igreja católica na Idade Média ou pelos regimes concentracionários modernos, ou talvez ainda mais totalitária. Vivemos o triunfo da *sociedade do espetáculo integrado* (DEBORD, 1987).

Além da pornografia e da violência espetacularizada, comércio dos mais lucrativos da indústria cultural desde sempre, temos agora a democracia absoluta das redes sociais, rainhas da internet, onde o anonimato permite tudo. Os “conteúdos” e games constroem um universo virtual cada vez mais presente, onde a violência aparece estilizada, estetizada, suavizada, naturalizada, misteriosa, envolta no charme da sexualidade. Violência cada vez mais ativa e de modo mais eficaz, mas já presente há muito tempo no imaginário infanto-juvenil, como foi possível observar numa pesquisa realizada em Salvador, já em 1983 (!), antes da internet e antes mesmo dos computadores pessoais (PCs), mas durante o reino absoluto da “Vênus Platinada” em seu apogeu, como era então apelidada a TV Globo. Nesta pesquisa, adolescentes de 14 a 16 anos, alunas/os de escolas públicas de Salvador responderam a questões sobre seus gostos, tempo de exposição ou frequência, suas aprendizagens, programas e personagens preferidos da televisão. Evidentemente, a Globo era a campeã de audiência entre esses estudantes, porém, mais interessante e inesperado para as jovens pesquisadoras que éramos foi o fato que os conteúdos referidos nas respostas dos/as adolescentes puderam ser agrupados em duas grandes categorias semânticas, de significação inequívoca: sexo e violência!<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Pesquisa de caracterização do público adolescente de televisão, em parceria com Ana Alice Costa e colaboração de estudantes de Ciências Sociais, NEIM/UFBA/CNPq, 1983.

Com a informática, a telemática, a robótica e a internet, todas as esferas a vida foram afetadas e aceleradas, e a velocidade passou a ser o novo critério de eficácia, como tinha intuído, há décadas, Paul Virillio (1998). Resumindo, estamos sempre correndo atrás das máquinas! Também a presença e a influência destas máquinas inteligentes e super rápidas, na vida das novas gerações, aumentaram exponencialmente. Truques e efeitos fabricam histórias fabulosas, imagens incríveis e sons terríveis que povoam o imaginário dos jovens, ocupando cada vez mais seu “tempo de cérebro”, disponível e preparado (por aquelas imagens e sons) para receber a estrela da comunicação, sua finalidade maior: a **Mensagem Publicitária!** Mensagens lindas, surpreendentes, inovadoras, recheadas de truques técnicos de som e imagem, frutos da criatividade de verdadeiros artistas a serviço da indústria, da política, dos negócios. Mensagens cujo objetivo, cuja finalidade, é captar a atenção, usando efeitos técnicos e temas recorrentes: principalmente sexo e violência, uma combinação fatal, de alta importância no processo de socialização das novas gerações.

Os efeitos deste novo “ecossistema” tecnológico em crianças e adolescentes é devastador! Embora elas/eles tenham competências incríveis, quase inatas, para operar estas máquinas e seus programas, a velocidade, a profusão caótica de mensagens as mais diversas, e os inúmeros bifurcamentos possíveis não permitem nenhuma reflexão, nem discussão, muito menos aprendizagens autônomas! A legitimação dos usos destas mídias, operada pela escola virtual ou educação a distância durante a pandemia, empoderou as crianças e adolescentes e enfraqueceu o papel da escola e sua função como instituição de socialização. Do mesmo modo, a família vem perdendo protagonismo neste processo. A EaD na escola pública, substituindo o ambiente de reais interações sociais da escola, mais propício à reflexão, à discussão e ao diálogo, acarretou novas dificuldades educacionais: impossibilidade de a escola pública de operar satisfatoriamente a EaD, o surgimento na escola, com grande importância, de novos temas complexos (criacionismo, sexismo, homofobia, racismo, preconceitos, etc) e de novos problemas pedagógicos que os professores têm dificuldades de enfrentar. Problemas tais como a desatenção e a indisciplina de alunos empoderados, que operam as máquinas de modo mais competente que os professores e são capazes, por exemplo, de “deletar”(apagar a tela) o professor durante a aula, além de outros truques. Tudo isto revela o surgimento de novos modos de



estar em classe, para os quais as professoras/es e a escola não estão preparados. Como o caso de um estudante universitário que mostrou imagens pornográficas em sua camera durante uma aula a distância. Como lidar com isto?? A professora ficou atarantada, sem saber como reagir...

A impressão que tenho é que neste novo mundo de mídias e redes ao alcance de todos, as regras do mercado midiático, e mesmo do universo simbólico e do mundo intelectual, deixaram de existir e que a desregulação da produção cultural é total. A utopia da internet, o sonho da democratização da comunicação, onde todos seriam iguais na produção e difusão de mensagens, está se tornando um terrível pesadelo, onde reinam fake news, mensagens de ódio e violência inéditas. “Influencers” sem nenhuma legitimidade, sem conhecimento ou discernimento, dão palpites sobre tudo e influenciam muitas pessoas, que acreditam naquilo que as conforta em suas opiniões, seja na política, seja na saúde, seja no empoderamento dos falsos pastores evangélicos, com os efeitos desastrosos que vivemos no Brasil hoje. Esta *desregulação* quase absoluta do mercado de idéias enfraquece as instituições, as mídias tradicionais (que, embora mentirosas e parciais, têm um código de ética e alguma regulação) e o jornalismo sério e independente, criando um clima de desconfiança no Estado, nos serviços públicos, na comunicação, e uma paisagem midiática onde tudo se vale, tudo é possível, onde reina a impunidade. Neste contexto, além da colapsologia, outras teorias apocalípticas surgem nos meios intelectuais mais prestigiosos:

” Dentre todos os fatos que caracterizam este período, destaco que os 20 primeiros anos do século XXI instauraram uma desregulação massiva de um mercado cognitivo que se pode chamar também de mercado das idéias. Esta desregulação se deixa apreender, de um lado, pela massa ciclópica e inédita na história da humanidade de informações disponíveis e, de outro lado, pelo fato que todos podem despejar sua própria representação do mundo neste oceano. Esta situação enfraqueceu o papel dos “gate keepers” tradicionais (jornalistas, experts acadêmicos... qualquer pessoa considerada socialmente legítima para participar do debate público,) que exerciam uma função de regulação deste mercado” (BRONNER, 2021, p. 12/13, minha tradução).

Segundo Bronner, esta desregulação inédita do “mercado cognitivo ou de ideias”, fato social importantíssimo, tem muitas consequências, dentre as quais ele destaca a mais evidente: uma concorrência generalizada de todos os modelos intelectuais que pretendem

descrever o mundo. Hoje a opinião de qualquer um, publicada em uma conta pessoal de qualquer rede social, sobre a questão da pandemia e das vacinas, por exemplo, vale tanto quanto as informações científicas de especialistas consagrados pela academia. E o primeiro, o “qualquer um”, pode ter mais “likes” do que os especialistas... A consequência principal desta “equivalência” da legitimidade das mensagens é que, nesta concorrência entre opiniões e crenças de um lado, e pensamento metódico, racional e científico de outro, as crenças e opiniões têm mais audiência e mais influência e podem até impedir a expressão do pensamento científico. Isto porque as pessoas tendem a acreditar naquilo que confirma suas próprias opiniões, crenças e valores. O que leva as mídias e redes com suas mensagens a privilegiarem, graças aos algoritmos que classificam as mensagens pela audiência, notícias, crenças e opiniões concorrentes da racionalidade e da ciência. É o que Bronner chama de “apocalipse cognitivo”. É o que estamos assistindo, apavorados, estarecidos, neste ano de pandemia, onde fake news e campanhas ideológicas de ódio e opiniões irracionais antivacinas dominam a paisagem midiática e as redes sociais.

A desregulação do mercado cognitivo é um dos aspectos mais sorrateiros e enganadores da desregulação total do mercado na economia globalizada, podendo ser considerado como marco de uma “outra história” que começou após a queda do muro de Berlim, símbolo da “vitória contra o comunismo” e do “fim da história” que, segundo Fukuyama, significa o sucesso absoluto e permanente do neoliberalismo “liberado” de qualquer limite espacial ou político. Segundo Bruno Latour, é justamente esta “outra história”, que começa subrepticamente nesta fase de triunfo do capitalismo predatório, que vai levar ao desastre ecológico e às pandemias:

“Ela é, em primeiro lugar, marcada pelo que se chama a “desregulação” e que vai dar à palavra “globalização” um sentido cada vez mais pejorativo; mas ela é também, em todos os países ao mesmo tempo, o começo de uma explosão cada vez mais vertiginosa das desigualdades; e enfim, o que é destacado com menos frequência, começa nesta época o movimento sistemático para negar a existência da mudança climática (LATOURE, 2017, p.9; minha tradução).

A globalização exacerbada transformou o planeta em um só e único habitat, para os bilhões de humanos e os inumeráveis outros seres vivos, animais e vegetais, e está destruindo a mãe Terra com este modo de produção capitalista ultraliberal, predatório,

irresponsável e inconsequente. A pandemia, como a poluição, revela clara e tristemente os efeitos tóxicos desta situação inédita na história da humanidade.

### **A primazia do simbólico e a violência simbólica**

Enquanto acompanhava, confinada e com muito tempo de cérebro disponível, a evolução da covid 19 e de suas consequências brevemente mencionadas, li e reli vários livros (adoro romances), além dos citados acima. E, muito especialmente, a releitura de um livro muito conhecido (*Sapiens*) me surpreendeu, pois descobri que o contexto de pandemia, totalmente globalizado, esclareceu e potencializou algumas ideias de Harari, iluminadas por uma nova distância histórica gerada pelo confinamento, pelo medo, insegurança e perda de referências e de confiança no Estado, pelo inédito contexto planetário de crise sanitária. Ideias que me pareceram interessantes para guiar minhas reflexões e que tento aqui compartilhar.

Neste livro tão famoso, Harari (2019) fundamenta toda a história da humanidade na crença da maioria dos homens e mulheres no que ele chama de “invenções”: ideias, abstrações, mitos, símbolos, ídolos, instituições, atribuindo assim a primazia explicativa da história ao “simbólico”, às estruturas simbólicas que explicam o mundo, dão sentido à vida e orientam as ações humanas. Tal como Weber, que considerava que toda ação humana é motivada, ou seja, é orientada pelos fins a alcançar (ou realizar) ou pelos valores nos quais se acredita. Assim, para Harari como para Weber, a explicação marxista da mudança social pelas transformações da “infraestrutura material” (econômica) é pelo menos parcial, senão totalmente equivocada. Para ele, a “Revolução Agrícola foi uma fraude”, pois “templos foram construídos ANTES da sedentarização”! O que implica a existência de estruturas simbólicas, pois “apenas um sistema ideológico ou religioso sofisticado poderia sustentar tais esforços.» (p.130) As estruturas sociais, portanto, só se mantêm graças à confiança que a elas atribui a maioria dos humanos, a evolução humana e a estabilidade social está pois baseada em nossa crença nas instituições : dos deuses ao dinheiro, da economia e da política às regras de trânsito nas cidades e autoestradas, das religiões e mitos aos mores e bons costumes, tudo depende da crença!!

Uma das estruturas simbólicas mais perenes das sociedades humanas é o patriarcado, que é também uma “estrutura de parentesco”, que organiza a vida social de

modo a instalar e manter a dominação masculina sobre mulheres e crianças, assegurando assim o que Harari considera como o principal fator da evolução e expansão planetária do homo sapiens e de seu domínio sobre todas as outras espécies vivas, inclusive os outros homo: as altas taxas de reprodução da espécie. O patriarcado, como os modos de produção econômica, a religião e outras “narrativas” só existem e se mantêm porque acreditamos nelas e confiamos em sua legitimidade. Ou seja, do ponto de vista da metade da população mundial -- as mulheres -- a crença na legitimidade e “naturalidade” das estruturas de parentesco e, pois, do patriarcado, pode ser considerada como uma espécie de “servidão voluntária”, que as mulheres respeitam, sofrem e até reproduzem, ao educar as novas gerações dentro dos modelos estabelecidos .

Harari considera esta estrutura familiar ancestral como resultado da sedentarização e do domínio da natureza: fogo, agricultura, domesticação de animais e proliferação da espécie humana por meio da “domesticação” ou submissão das fêmeas aos machos, para aumento da prole via maternidades mais frequentes. Clãs, aldeias, propriedade privada, desigualdade social e sexual, religiões, normas, valores, tudo isto são criações do homo sapiens, nossos ancestrais. Esta organização ancestral está baseada na violência e na dominação masculina, violência e dominação fundamentalmente simbólicas, que aprisionam mulheres e crianças numa gaiola, às vezes dourada outras vezes miserável, mas sempre triste, e quase sempre invisível e inconsciente.

A base da dominação masculina é principalmente “simbólica” pois se baseia em crenças, mitos, rituais, atitudes e comportamentos interiorizados (o “*habitus*” de Bourdieu), considerados como naturais e legítimos pelas instituições sociais e meios de comunicação, especialmente as instituições de socialização das novas gerações (família, igrejas, escola e mídias), que asseguram assim a continuidade e permanência da dominação masculina (BOURDIEU, 1998), com efeitos terrivelmente perniciosos como a atual e delirante “cultura do estupro” no Brasil:

“A cultura do estupro não é exceção, também se refere a ‘atitudes, crenças, etc.’, no caso, que sancionam a violência sexual masculina como sendo aceitável e normal, inclusive na perspectiva das mulheres. A reprodução e propagação dessa cultura se dá por vários mecanismos, abarcando toda a gama de manifestações culturais - música, teatro,

televisão, cinema, artes plásticas, publicidade, propaganda dentre outras -, que podem ser vistas como campos de significação e legitimação da violência sexual contra mulheres na construção da masculinidade em nossa sociedade” (SARDENBERG, 2018, p.136).

No contexto extremo da crise sanitária, com a presença cotidiana da morte e do luto causado pela pandemia, em meio a dúvidas a questões sobre como orientar os jovens nesta fase tão dura para eles, minha missão de educadora, senti vontade de reler a história de Antígona, a trágica heroína da mitologia grega, e rever com outros olhos, com uma espécie de “distanciamento brechtiano”, o dilema do rei Creonte, obrigado a condenar à morte, embora a contragosto, sua sobrinha e enteada, somente para respeitar uma regra que ele mesmo criou no calor da guerra, para fazer valer sua autoridade absoluta. O crime de Antígona é ter enterrado o corpo de seu irmão rebelde, condenado por Creonte a ser jogado aos abutres, sem sepultura e fora dos muros da cidade de Tebas.

Heroína feminista *avant la lettre*, Antígona põe em questão a dominação masculina, ao afrontar duas vezes a autoridade do patriarca (rei e marido de sua mãe Jocasta): primeiro, desobedece a lei que considera iníqua, ao assegurar a seu irmão sepultura e rituais funerários dignos de sua condição humana; segundo, ao defender seu ato com um discurso baseado na lei ancestral, anterior e superior ao decreto de Creonte, pois foi concedida aos humanos pelos deuses do lar, da família, do culto aos mortos, fundamentos da condição humana.

Como não pensar nos milhares de cadáveres esperando sepultura e da imagem de milhares de covas recentemente abertas, enfileiradas a perder de vista nos cemitérios do Brasil? Como não identificar na dor e na revolta de Antígona o sofrimento dos milhares de pessoas, famílias, amigos e amantes impedidas de acompanhar a agonia e chorar seus mortos, vítimas privadas de sua condição humana ancestral, pela combinação fatal da pandemia e da incompetência e indiferença de um desgoverno inepto e tirânico, com seus decretos e regras iníquas e contraproducentes?

Não tendo à mão o texto original, recorri à genial releitura da tragédia grega, por Judith Butler, que se interroga sobre as relações entre a luta de Antígona e os esforços feministas de afrontar e desafiar o Estado, considerando-os como um “contra-exemplo da tendência atual das feministas que procuram o apoio e a autoridade do Estado para pôr em prática seus objetivos políticos” (BUTLER, 2003, p.9). Butler busca resgatar o



exemplo de Antígona, defendido e valorizado por movimentos e estudos feministas em épocas precedentes (por exemplo, Luce IRIGARAY, 1974), “como princípio de desafio feminista frente ao Estado e como exemplo de anti-autoritarismo” (idem, p.9). Fundamentada na crítica das análises clássicas da famosa heroína grega, de Hegel, Hölderlin, Heidegger, Lévi-Strauss, Lacan e outros, Butler analisa a referência aos tabus e interdições que baseiam as estruturas de parentesco, as crenças e normas que envolvem a ideia contemporânea de família, para questionar se “as normas que governam os modos legítimos e ilegítimos de associação de parentesco poderiam ser radicalmente redesenhadas” (p.75). Tendo consciência que se coloca em oposição à importante herança feminista baseada na análise de Lévi-Strauss, ela pergunta:

“Qual é a voz contemporânea que entra na linguagem da lei para perturbar estas engrenagens unívocas? Nas famílias recompostas, por exemplo, uma criança diz ‘mamãe’ e tem direito de esperar que mais de uma pessoa responda a seu apelo. No caso de uma adoção, uma criança pode dizer ‘pai’ e significar tanto o fantasma ausente que nunca conheceu como aquele que possui este lugar em sua memória viva. (...) E quando há dois homens ou duas mulheres em posição de pais/mães, devemos supor que uma certa divisão primária dos gêneros organiza seus lugares psíquicos nesta cena, de modo que a contingência empírica de dois pais/mães do mesmo sexo é, não obstante, retificada pelos lugares psíquicos pressociais de Mãe e Pai nos quais estas famílias entram agora?” (BUTLER, op.ci. p. 77; minha tradução)

Questões muito complexas, de grande atualidade, que a pandemia agrava, e que estão longe de ser resolvidas, tanto na teoria quanto na prática feministas. Minha intenção ao referir tão longamente este livro, cuja leitura recomendo a todas as mulheres e outros gêneros, é que a partir de contextos e campos acadêmicos diferentes, Butler afirma, como Harari, a primazia do “simbólico” na vida social, no conflito estado versus família e, pois, nas lutas feministas. Além disto, Butler demonstra que a **relativização das estruturas** de parentesco e de gênero está ou deveria estar no centro dos estudos e dos movimentos feministas contemporâneos.

Como é possível que em uma sociedade onde a ciência, a técnica e a tecnologia reinam absolutas como cultura e ideologia dominantes, como fontes legítimas da verdade, que em uma sociedade planetária hiperconetada, cada vez mais dependente das máquinas e das redes, perdurem ainda as estruturas patriarcais milenárias, minimamente arranhadas

pelos movimentos feministas e LGBT, com seus mais antigos arquétipos, suas estruturas simbólicas, que dão legitimidade e naturalidade à opressão das mulheres!? Como explicar a permanência de mitos e ritos, crenças e comportamentos arquetípicos ancestrais tais que a maternidade necessária e obrigatória, o sonho do casamento, a naturalidade da submissão da mulher ao homem, o controle do corpo feminino como objeto sexual e como depositário do precioso sêmem do bicho homem?! Como compreender neste contexto *high tech*, que muitas mulheres, mesmo homossexuais, ainda acreditem que somente podem ser felizes e realizadas se tiverem filhos?! Como aceitar que a dominação masculina ainda modele almas e corpos femininos segundo desejos e normas masculinas: a mulher objeto sexual da publicidade, a modelo anoréxica, a burguesa bem comportada, a mulher velada pelos panos muçulmanos ou pelas perucas judias ortodoxas, para citar apenas os exemplos mais chocantes?

Como dizia Simone de Beauvoir, a maternidade, como condição *sine qua non* para a realização e satisfação da mulher, é fonte de uma servidão voluntária, escravidão livremente assumida, abençoada por todos deuses e até pelas inúmeras deusas da fertilidade, prova irrefutável de que os deuses são criação dos homens. Esta unanimidade seria fruto de restos de um instinto de reprodução presente nas fêmeas da espécie humana? Mas na natureza, entre os animais, é a fêmea quem escolhe o macho mais viável para a reprodução, enquanto na cultura da espécie humana os homens enclausuraram as mulheres na ilusão, mito, ideologia, religião, crença de que, sem filhos a mulher é “incompleta” e infeliz. O papel fundamental das mídias na atualização da mitologia feminina da maternidade aos tempos modernos se revela em muitos tipos de mensagens e programas: nas publicidades onde famílias felizes consomem em torno da figura materna e onde mulheres lindas, objetos sexuais, oferecem produtos para os homens, nas telenovelas, que sempre terminam com casamentos felizes, e mostram sempre a infelicidade das personagens femininas sozinhas, sem homens protetores, em geral amargas e maldosas, nos games onde a violência masculina é de praxe.

O *homo sapiens* não apenas povoou o planeta mas o está destruindo, graças ao capitalismo, cada vez mais predatório, e à proliferação desenfreada da espécie. Como lembra Boaventura Souza Santos (2020), o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são a tríade toda-poderosa que domina as sociedades contemporâneas: “enquanto houver

capitalismo haverá colonialismo e patriarcado”! O que significa que a luta feminista dificilmente terá sucesso se não for integrada à luta de classes, que por seu lado terá que se reinventar, já que o capitalismo industrial clássico do século XIX e do marxismo já não existe, senão como um avatar do capitalismo financeiro globalizado.

Capitalismo predatório, devastação ecológica, guerras, violência crescente em todas as esferas da sociedade, tudo isto seria fruto do excesso de testosterona acumulada pelos humanos machos na vidinha fácil das sociedades contemporâneas desenvolvidas ou não, onde já não é necessário caçar ou correr das grandes feras? O homem, o falo e sua busca de potência seriam a origem da guerra e da violência assim como o sexo da mulher seria a “*Origem do Mundo*”, como no famoso quadro de Courbet? “*A Origem da Guerra*” (1989) é uma pintura da artista francesa Orlan, uma releitura do quadro de Courbet, na qual ela substitui o sexo feminino por um pênis. A obra está exposta no Museu d’Orsay em Paris e oferece uma chocante ilustração de que a violência e a guerra são invenções principalmente masculinas.

Então, o que se observa hoje é uma bizarra contradição: dispositivos high tech colocados a serviço de ideologias e religiões do tempo das cavernas, ou da idade média europeia ou de tiranias atuais como os países teocráticos muçulmanos: patriarcado, violência física e simbólica, opressão e assédio contra a mulher na esfera privada e sua exclusão de papéis relevantes na esfera pública. Parece muito pessimista dizer isto, sabemos que há mudanças significativas na condição das mulheres, mas francamente, elas são extremamente recentes, gotas d’água no oceano da opressão milenária, estamos ainda muito longe da conta e hoje, com alta tecnologia, ultraliberalismo, globalização e pandemia, vivemos tempos de regressão e corremos o risco de perder muitos dos direitos conquistados.

No clima de tédio e ansiedade do segundo confinamento, uma outra leitura veio iluminar a compreensão da permanência e mesmo recrudescimento atual da violência masculina: como explicar que os comportamentos humanos não evoluem no mesmo ritmo e direção dos avanços da ciência e da tecnologia e que, ao contrário, estes avanços têm sido colocados mais a serviço da violência, da guerra e da devastação ecológica, além do lucro, é claro?

No livro “*Et l’évolution créa la femme*”, do famoso paleantropólogo francês, Pascal Picq, aprendi estupefacta! que os humanos são a única espécie de grandes primatas (grande família à qual pertencemos) que mata suas fêmeas, mas também, pasmem! aprendi que, coerentemente, o homo sapiens é o campeão do sexo agressivo! Entre nossos primos mais próximos, chimpanzés e bonobos, ambos muito inteligentes, há diferenças radicais de comportamentos: os primeiros, mais conhecidos, são agressivos e briguentos, inclusive com as fêmeas; já os bonobos são gentis e cooperativos. Entre os grandes primatas há muitas espécies que cometem violências sexuais contra as fêmeas, mas nenhuma espécie mata suas fêmeas, provavelmente porque sabem por instinto que precisam delas para a reprodução da espécie (Picq, 2020). Já os humanos parecem ter perdido o instinto animal de reprodução, ao criar uma cultura de dominação masculina que legitima a violência, inclusive sexual, indo até o feminicídio e, ao mesmo tempo, cultua a maternidade e a usa como legitimação de sua dominação patriarcal. Tudo isto rigidamente regido pela moral do pater familias e seu poder absoluto sobre a família.

Hélio Pellegrino, por exemplo, famoso psicanalista brasileiro, tentou nos anos 1980, explicar as violências ocorridas em favelas cariocas, com base na idéia de ruptura do pacto social: quando o indivíduo que encarna a autoridade, o pai de família ou o presidente da república, comete atos de violência ou crimes, todos os cidadãos se acham autorizados a cometer os mesmos atos. Comportamentos que escapam à norma permanecem muitas vezes como uma incógnita para a explicação sociológica (Durkheim dizia que o crime é funcional à ordem social). Reconheçamos porém que a sociologia tem dificuldades em compreender também o oposto: por que indivíduos livres e autônomos obedecem às normas sociais, qual o grau de determinação social (consciência coletiva?) das consciências e atos individuais? Ou aceitaríamos tais explicações freudianas quando se trata de compreender (é possível?) os exemplos mais trágicos da história ocidental ("atos repugnantes" tais como bruxas nas fogueiras, genocídios, tortura, martírio de crianças, goulags, holocausto). Com efeito, como explicar que os motoristas obedecem às regras de trânsito se:

O macaco vestido, bêbado ou sóbrio, nunca cessa de ter o gosto do sangue. O imbecil que, ao volante de sua BMW, exige com golpes enraivecidos de buzina, que eu saia de sua frente com meu modesto carro

e o deixe passar à alta velocidade, me lembra disto sem subterfúgios (JAVEAU, apud BELLONI, 2009, p.47).

## **Socialização das novas gerações: o caminho da mudança**

O tempo de cérebro liberado pela pandemia foi preenchido também com doses maiores de telejornais. De volta ao Brasil pude observar, com tristeza mas sem surpresa, a sofisticação da *desinformação organizada*, cientificamente planejada, difundida sem cessar pela GloboNews, emissora que tenta fazer a opinião das classes média e alta (confesso que nem a pandemia me deu forças e curiosidade suficientes para assistir às TVs de massa que frequentei continuamente durante toda minha vida de pesquisadora, afinal estou aposentada!). A repetição *ad nauseam* dos mesmos temas e “bordões”, e sobretudo a construção de uma “narrativa” redutora da realidade, a ênfase nas “análises” e comentários que substituem as notícias e os fatos, a constância e reiteração incessante da linha editorial construída na redação do jornal, tudo isto leva o espectador à impressão de estar bem informado e de ser participante da história. Um verdadeiro desastre para a formação de pessoas autônomas, capazes de pensamento crítico e participação nas decisões coletivas importantes, que explica em parte o caráter tacanho, preconceituoso e profascista de boa parte da classe média brasileira.

Com base em todos estes questionamentos que ocuparam meu tempo de cérebro disponível durante este primeiro ano da peste, não cheguei a nenhuma conclusão mas talvez a uma certeza. A certeza de que para mudar radicalmente estas situações de desigualdade, opressão e violência generalizadas, principalmente contra mulheres e crianças, só temos um caminho: transformar as estruturas simbólicas via a educação das novas gerações. Isto porque é no *processo de socialização*, que transforma o filhote humano em ser social, que são interiorizados valores e normas, tabus e preconceitos, símbolos e imagens, e é neste processo complexo e diverso, que se forma o *habitus* que irá orientar comportamentos e determinar em maior ou menor grau o que será o indivíduo adulto.

A socialização das novas gerações constitui um dos elementos mais importantes da reprodução social, não apenas cultural, mas também econômica e política. A sociedade reproduz suas estruturas materiais e simbólicas por meio de processos extremamente



complexos de transmissão da cultura: conhecimentos, técnicas, valores, símbolos, representações, normas e papéis sociais são apresentados como saberes imprescindíveis, imagens identitárias atraentes e modelos inelutáveis de comportamento. A integração desses saberes, imagens e modelos à experiência vivida pela criança constitui este processo de socialização que é o resultado da interação de crianças e adolescentes com o meio ambiente social e natural em que eles vivem e não apenas, como querem certas abordagens clássicas deterministas, o efeito da ação da sociedade e suas instituições sobre a criança e o adolescente.

É durante o processo de socialização que as novas gerações incorporam disposições, atitudes, inclinações e modos de perceber, sentir, fazer e pensar, interiorizados em decorrência de suas condições objetivas de existência, e que funcionam como princípios inconscientes de percepção, de reflexão e de ação. Assim, a interiorização constitui um mecanismo essencial da socialização, pois os comportamentos e valores aprendidos são considerados como quase naturais, quase instintivos. A interiorização nos possibilita agir sem sermos obrigados a lembrar-nos, a todo momento, das regras que observamos para nossa ação.

A teoria do *habitus* permite compreender os aspectos inconscientes do processo de socialização e de seus efeitos. A não consciência do processo de socialização tem a ver sobretudo com sua dimensão corporal: uma parte essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade, por exemplo, tem como resultado a “construção social dos corpos” que tende a inscrever a diferença entre os sexos na expressão corporal, notadamente através da roupa e das maneiras de caminhar, de falar, de portar o olhar, de sentar-se, etc (BOURDIEU, 1998). As roupas inculcam desde a infância uma relação peculiar ao corpo: não se caminha ou senta do mesmo modo de calças compridas ou de saias curtas e as meninas tendem a desenvolver, por consequência, o hábito de uma relação ao espaço, e portanto ao mundo social, diferente da dos meninos. A socialização é *incorporação* porque ela fabrica corpos diferenciados segundo o gênero, mas também a classe social e a etnia, segundo os modelos de sociedade. Esta idéia de incorporação é antiga na sociologia francesa, já Marcel Mauss notava que, segundo os países, os militares e mesmo os civis não caminham ou nadam da mesma maneira.

A criança não incorpora apenas os aspectos puramente corporais, mas também

as estruturas simbólicas, as categorias de pensamento, as estruturas cognitivas, os esquemas de percepção e de apreciação, as idéias de bem e de mal, ou seja, tudo o que constitui as *lentes através das quais consideramos o mundo social*, que são incorporados durante o processo de socialização, prontos a ser ativados pelas situações e experiências (BELLONI, 2009, p.19). Podemos assim falar de incorporação de um capital tão imaterial quanto o capital cultural, isto é, a herança cultural transmitida às crianças.

O autor é polêmico e as muitas críticas feitas à obra de Bourdieu, especialmente ao conceito de habitus, foram um estímulo significativo ao pensamento sociológico contemporâneo. O conceito de habitus seria mais adequado às sociedades tradicionais, comunitárias, e o caráter totalizante do habitus não se aplicaria às sociedades contemporâneas complexas, nas quais os indivíduos são plurais e interiorizam múltiplos habitus em espaços variados de socialização, vivendo experiências sociais múltiplas, em contato com pessoas de referência que desempenham diferentes papéis. Há controvérsias que não cabe discutir aqui, mas é importante ressaltar que, segundo Piaget, em meios sociais favoráveis, a criança tem grande margem de liberdade e vai se apropriando dos elementos de seu universo de socialização que lhe permitirão construir sua personalidade e seu imaginário mais ou menos independentemente dos adultos, o que lhe permitirá mais tarde agir livremente e com vantagens em situações de interação, muitas vezes de modo contraditório a seu grupo social e não necessariamente reproduzir as estruturas sociais. É aliás esta margem de liberdade que torna possível a autonomia das novas gerações em relação às imposições das instituições de socialização mais importantes (família, escola, religiões, mídias) e torna possível o desenvolvimento histórico (BELLONI, 2009, p.80).

A linguagem é um elemento essencial deste processo e é por isso que nossos estudos se baseiam no discurso das crianças sobre as mídias e suas mensagens. Em minha reflexão sobre o papel das tecnologias de informação e comunicação no processo de socialização, a linguagem é fundamental, pois trata-se de compreender como ocorrem as relações privilegiadas que as crianças estabelecem com as mídias e tentar vislumbrar brechas e margens de manobra que favoreçam o desenvolvimento da criatividade e da autonomia. A linguagem (como o habitus) é ao mesmo tempo *limite e recurso, dispositivo de imposição e instrumento de liberdade* para a ação. Giddens resalta sua importância nos processos de estruturação social, lembrando que tal reconhecimento da duração mais

longa das instituições em relação à vida das pessoas é não apenas absolutamente compatível com a teoria da estruturação, mas faz parte integrante dela:

Em seus primeiros escritos, Durkheim insistia sobre os elementos coercitivos da socialização, porém mais tarde ele viu de modo muito mais claro que a socialização funde a coerção e a habilidade. A aprendizagem de uma primeira língua ilustra bem tal fusão. Ninguém “escolhe” sua língua materna; aprendê-la supõe no entanto uma espécie de consentimento da parte de quem aprende. Uma vez que a linguagem constrange o pensamento e a ação, no sentido em que ela se acompanha de um conjunto de propriedades regularizadas, de esquemas, a aprendizagem de uma língua limita em parte as possibilidades de ação e de conhecimento de uma pessoa. No entanto, simultaneamente, esta mesma aprendizagem incrementa consideravelmente suas capacidades cognitivas e práticas (GIDDENS, 2005; apud BELLONI, 2009, p.88).

A ênfase na linguagem representa um avanço para um melhor conhecimento da criança real (estudada com base na categoria infância) e para a compreensão das relações entre infância, mídia e educação, pois permite considerar a criança enquanto sujeito participante ativo dos processos de educação e de comunicação. Abordagens etnográficas e a consideração da criança e do adolescente como atores dotados de autonomia permitem apreender com mais profundidade os modos como as novas gerações interagem com outros seres que fazem parte de seu universo de socialização (seres humanos adultos e crianças e seres vivos em geral, da “natureza”). Permitem também tentar compreender as novas interações com aqueles “seres” frutos da engenhosidade humana, tais como estas máquinas maravilhosas que nos invadem e fascinam, seres híbridos de natureza e cultura, artefatos criados pelo homem, “quase-objetos, quase-sujeitos”, dispositivos, máquinas, tecnologias que não são nem natureza pura nem pura cultura, mas uma rede de associações que negam a própria pureza, redes sócio-técnicas híbridas (BELLONI, 2009, p.105/6).

Crianças consideram computadores -- máquinas que pensam e falam -- como seres vivos com consciência e sentimentos, revolucionando os limites estabelecidos entre seres humanos e objetos técnicos. Jovens estudantes preferem as “janelas virtuais” de seus computadores às “janelas reais” de seus trabalhos universitários e mesmo a suas vidas reais. Donna Haraway, com seu conceito de “cyborg”, criou um termo que integra “cyber

e organismo", para representar uma entidade que é parte humana e parte tecnológica. Para Haraway, as inovações tecnológicas tornaram ambíguas as fronteiras entre a natureza e a cultura, entre a mente e o corpo, entre o homem e os artefatos por ele criados, criando novas fontes de conflitos e angústia: nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes. Dentre estas máquinas, destacam-se as tecnologias de informação e comunicação, que contribuem para a “privatização da vida pública de todas as pessoas” e para a exposição pública da vida privada, confundindo definitivamente espaço público e espaço privado:

Tecnologias como videogames e aparelhos de televisão extremamente miniaturizados parecem cruciais para a produção de formas modernas de “vida privada”. A cultura dos videogames é fortemente orientada para a competição individual e para a guerra espacial. (...) As novas tecnologias afetam as relações sociais tanto da sexualidade quanto da reprodução e nem sempre da mesma forma. (...) Estas histórias sócio-biológicas baseiam-se em uma visão high tech do corpo – uma visão que o concebe como um componente biótico ou como um sistema cibernético de comunicação (Apud BELLONI, 2009, p.109).

Neste contexto de sociedades ultra tecnificadas, com esta concepção do indivíduo hipermoderno de hoje, a idéia de "seres híbridos" conduz necessariamente à pergunta: serão nossas crianças indivíduos livres e autônomos ou seres híbridos de natureza e cultura, ligados interativamente a máquinas materiais e imateriais, participando de infinitas redes sócio-técnicas, onde a simulação e o virtual se confundem mas não substituem a realidade, e onde quem estabelece as regras são seres imateriais chamados algoritmos?? (BELLONI, 2009, p38).

Dentre as observações mais significativas da influência das mídias em nossas vidas cotidianas cabe ressaltar que a importância, onipresença e falsa onisciência destas máquinas de pensar e comunicar reforçam a **primazia do simbólico** nas sociedades mais avançadas ou nas que, como o Brasil, correm atrás do prejuízo, importando os malefícios do avanço tecnológico sem importar os benefícios. Há sinais desastrosos da intrusão e influência midiáticas na construção e permanência das estruturas simbólicas e da fabricação industrial de nosso universo simbólico, do imaginário das novas gerações.

Mídias sempre existiram na história da humanidade e sempre estiveram a serviço dos grupos dominantes, mas também podem ser meios de luta contra a dominação

simbólica: desde as pinturas ruprestes e tambores, ou vitrais das catedrais na idade média, até a inteligência artificial nas sociedades high tech contemporâneas. O mundo/planeta está conectado por meio de dispositivos técnicos hiper sofisticados, bilhões de computadores interconectados por cabos submarinos, satélites, centros de estocagem (nuvem, bigdata, etc), operados por algumas poucas e enormes corporações, cujo objetivo é atrair e captar (poderíamos dizer cativar, colocar em cativeiro) nosso «tempo de cérebro», ou seja, nossas competências cognitivas, nossa capacidade de pensar, de aprender e de sermos autônomos intelectual e eticamente.

A estética da violência, por exemplo, é uma das fórmulas de maior sucesso da televisão e do cinema pós-televisão. A repetição *ad infinitum* destas fórmulas leva à padronização globalizada dos diferentes gêneros televisuais e cinematográficos, que vão se repetir nos games, padronização esta que ocorre do ponto de vista *ético* (dos significados valorativos) e *estético* (da composição técnica das narrativas). No Brasil, política e violência sempre formaram uma associação perversa, agora multiplicada ao infinito pelas mídias, como num jogo de espelhos, onde se movem heróis e bandidos, modelos admirados por crianças, adolescentes e adultos, personagens cujo alto poder de identificação, com grandes doses de carisma e persuasão, que a mídia constroi e amplifica. A influência destas mídias sobre a construção do imaginário e da personalidade das gerações jovens parece inexorável (BELLONI, 2010).

As novas gerações serão nativos digitais, seres híbridos ou pura inteligência artificial? Na era tecnológica do virtual e da telemática, novas formas vida se desenvolvem, mobilizando muito mais a mente do que o corpo. Nosso pobre corpo imperfeito, frágil e perecível parece cada vez mais obsoleto frente à perfeição e solidez aparentes destas máquinas maravilhosas e perturbadoras (como nos filmes *Blade Runner*, *Inteligência Artificial* ou *Her*, no qual o personagem principal, um homem com problemas de relações sociais e amorosas, se apaixona pelo sistema operacional de seu computador, uma voz feminina que ele chama de Samantha).

Três modelos de corpo se destacam neste debate: o corpo **tradicional**, natural e anacrônico; o corpo **ausente**, sem materialidade, dos games, do ciberespaço e imaginários virtuais (cuja imagem emblemática é o adolescente viciado que se “esquece” diante do computador, solitário, sedentário, muitas vezes obeso); o corpo **tecnificado**, “turbinado”



com próteses e outros truques, potencializado como máquina, híbrido de animal biológico e artefato técnico. Que futuro queremos para nossos jovens? Qual “ideal de eu” orienta a formação das crianças e adolescentes de hoje? Meninos machistas que adoram futebol e outras violências? Meninas que só se preocupam com o corpo para adaptá-lo ao modelito-objeto-sexual (disfarçado de “liberdade”), uns e outras esquecendo de aprender a pensar?

Para acabar, ou ao menos diminuir, o preconceito, a discriminação e a violência em geral e, em particular, a discriminação e a violência contra as mulheres, o caminho mais eficaz e, talvez o único, é a formação ética e estética das novas gerações. Educar crianças e jovens para a leitura e apropriação crítica e criativa destas novas tecnologias da mente, e também para desenvolver a capacidade de resistir à violência simbólica exercida pelas instituições de socialização: família, igrejas, escolas, mídias.

A mudança para uma sociedade mais igualitária, solidária e justa, e também mais respeitosa da mãe Terra depende da capacidade de as novas gerações escaparem da influência avassaladora das mídias no contexto de uma cultura globalizada, fragmentada e fragmentadora. Afinal, somos **cidadãos-sujeitos**, pessoas autônomas, usuários competentes destes objetos técnicos, capazes de utilizá-los como ferramentas de aprendizagem, de expressão e de trabalho, e como meios de informação, comunicação e lazer? Ou somos **consumidores passivos**, desprovidos de senso crítico, autômatos a correr atrás destas máquinas, cujos ritmos cada vez mais auto-incrementados impõem-se a nós no trabalho, na escola e no lazer; e cujas mensagens e recursos técnicos (a ética e a estética) nos fascinam e nos cativam?

A mídia-educação é um direito das crianças e dos adolescentes como forma de assegurar os direitos à educação, à expressão, à informação, à opinião e à participação em decisões que lhes digam respeito, todos estes, direitos constantes na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CIDCA), promulgada pela ONU e ratificada pelo Brasil que integrou estes direitos ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Os objetivos da mídia-educação são ambiciosos, mas inegociáveis e incontornáveis, pois trata-se de formar o cidadão capaz de:

1. Fazer **leitura crítica** das mensagens e recusar as que contrariem princípios éticos, estéticos e educacionais.

2. **Expressar-se** de modo crítico e criativo em todas as linguagens e com todas as ferramentas de informação e comunicação que o avanço técnico coloca à disposição da sociedade.
3. **Exigir** dos veículos de comunicação de massa (autodenominados “corporativos”) e dos produtores de “conteúdos”, mercadorias e produtos de qualidade que atendam aos objetivos educacionais e comunicacionais previstos em lei.
4. **Exigir** regulação consistente da comunicação de massa, conforme consta nas leis do setor, de modo a equilibrar a importância da “voz do dono” (produtores e emissores) e dos “donos da voz”, nós todos, consumidores e eleitores.

Como formar nossas crianças e adolescentes para que escapem das armadilhas das mensagens de violência, de baixaria, de preconceitos, do machismo anacrônico e tacanho, da sexualidade reificada e perversa da publicidade e da violência sexual que transbordam de todas as telas e telinhas? Qual o papel da escola e da universidade? das famílias? das igrejas? Quem educará os educadores? Única saída: mídia-educação!! Sejam otimistas, comecemos pelo começo, ou seja, formando os formadores: todos nós adultos responsáveis, mães, pais, professores, educadores, jornalistas, etc. Nós, que somos os *adultos de referência* para crianças e jovens em seu processo de socialização. Parece utopia? Claro! Mas, como diz Eduardo Galeano, a *utopia está lá no horizonte* nos guia e nunca a alcançamos... Por que tais considerações têm a ver com as lutas feministas e de gênero?? Tudo a ver porque é preciso ter sempre em vista que *é preciso de toda uma aldeia para educar uma criança*.

## Referências

BELLONI, Maria Luiza – *O que é Sociologia da Infância*. Campinas, Autores Associados, 2009.

BELLONI, Maria Luiza – *Crianças e Mídias no Brasil*. Campinas, Papyrus, 2010.

- BOURDIEU, Pierre - *La domination masculine*. Paris, Editions du Seuil, 1998.
- BRONNER, Gérald – *Apocalypse cognitive*. Paris, PUF, 2021.
- BUTLER, Judith – *Antigone: la parenté entre vie et mort*. Paris, EPEL, 2003 (trad.francesa)
- CHOMSKY, Noam – *Danger d’Extinction*. Paris, Écosociété, 2020.
- DEBORD, Guy – *Commentaires sur la Société du Spectacle*. Paris, Éd. Gérard Lebovici, 1988.
- GIDDENS, Anthony. – *La Constitution de la Société*. Paris, Puf, 2005 (trad. franc.).
- HARARI, Yuval – *Sapiens*. São Paulo, Cia. das Letras, 2019 (trad.bras.)
- JERGER, Ilona – *Marx dans le jardin de Darwin*. Editions de Fallois, 2019 (Trad.francesa)
- LATOUR, Bruno – *Où atterrir?* Paris, La Découverte, 2017.
- Santos, Boaventura Souza -- *Os três cavaleiros da nova peste*. Outras palavras.net ; 07/04/2021).
- PICQ, Pascal – *Et l’évolution créa la femme*. Paris, Odile Jacob, 2020
- PICQ, Pascal – *De Darwin à Lévi-Strauss*. Paris, Odile Jacob, 2013.
- SARDENBERG, Cecilia M.B. – *Violência simbólica de Gênero*. In Castro, A.M. e Machado, R.C.: *Estudos feministas e Educação popular*, São Paulo, LiberArs, 2018.
- VARGAS, Fred – *L’Humanité em Péril*. Paris, Flammarion, 2019.
- VIRILIO, Paul – *La bombe informatique*. Paris, Galilée, 1998.
- Mais os muitos romances lidos e relidos no tempo vazio dos confinamentos pandêmicos, nestes 15 meses de peste. Só para citar alguns que tem a ver com a pandemia: *Inferno* de Dan Brown; *A Peste* de Camus; *Globalia* de Rufin...